
A Ideologia Anticomunista do Estado Novo no Jornal Gazeta¹

Bruno PINHEIRO da Silva²
Ana Regina Barros RÊGO Leal³
Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o periódico Gazeta a fim de perceber traços da ideologia comunista durante o período de implantação do Estado Novo. A pesquisa se fixará em três textos publicados no periódico em um recorte de um ano correspondente ao estado de sítio que concedeu o poder à Getúlio Vargas. Nesse período de mudanças políticas, vários periódicos modificaram suas linhas editoriais para dar suporte ao regime com o intuito de evitar restrições e manter as tiragens. Os textos abordavam questões que desencadeavam no imaginário popular o medo de uma suposta ameaça comunista no país.

Palavras-Chave: Gazeta; Anticomunismo; Comunismo; Estado Novo; Getúlio Vargas;

Introdução

O Estado Novo corresponde ao período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil entre os anos de 1937 a 1945, no último momento da Era Vargas, marcado pelo autoritarismo, censura e centralização do poder.

A política brasileira passava por momentos de instabilidade, desde o golpe de 30 onde houve a instauração do poder militar centrado na figura de Getúlio Vargas. O país passou por vários momentos de tensão, um deles fora movimentos oriundos de iniciativa revolucionária, que, seguindo a ordem mundial como na URSS em 1917, criou-se no imaginário popular, reforçado pelas representações hegemônicas da mídia, o medo de uma revolução vermelha no Brasil, que abalaria diretamente os pilares do país.

É nesse contexto que o presente trabalho se debruçará em edições do periódico Gazeta em um recorte temporal de um ano a partir da instauração do estado de sítio

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 - Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFPI, e-mail: bps.pinheiro@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFPI e-mail: anareginarego@gmail.com

(que se decorreu no dia 10 de novembro de 1937), onde buscaremos traços da influência do governo na criação de um “medo coletivo” que asseguraria, por apelo popular, o poder à Vargas.

Utilizaremos como aporte teórico a Representação Coletiva de Chartier (1989) para elucidarmos como a inferência comunicacional pode afetar a o imaginário popular, utilizaremos como metodologia a Hermenêutica de Profundidade de Thompson (1995) a fim de recriar as mesmas condições contextuais em que as narrativas foram desenvolvidas para não haver um anacronismo e interferir na análise do material.

O presente trabalho foi desenvolvido dentro do projeto “Memória do Jornalismo Piauiense” do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação – NUJOC, que tem como proposta o preenchimento de lacunas na história do jornalismo no Piauí.

Contextualização Histórica

Para compreendermos melhor o panorama político que será analisado nesse presente artigo, uma breve contextualização histórica dos fatos que culminaram na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Eventos políticos, econômicos e o cenário internacional anteriores ao Estado Novo estarão no escopo da descrição.

O liberalismo estava em ascensão, as cidades brasileiras se viam cada vez mais próximas economicamente do padrão europeu, há um certo distanciamento do ruralismo e um determinado anseio por novas medidas políticas que atendam à essa nova classe média que surgia no país. Classe que se estruturava em comerciantes e intelectuais que se distanciavam cada vez mais das bases oligárquicas da república velha.

Com o fim da aliança oligárquica que garantiam nomes paulistas e mineiros na presidência do país, as lideranças paulistas recomendaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência nesse ano, em contrapartida as lideranças mineiras lançaram o gaúcho Getúlio Vargas como oposição pela Aliança Liberal que reuniam as lideranças de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e movimentos tenentistas.

As eleições ocorreram e Júlio prestes saiu vencedor; iria substituir o então presidente Washington Luís (1926-30) e dar continuidade ao plano governista em vigor. Com a derrota da Aliança Liberal, políticos e tenentes sulistas e gaúchos resolveram pôr fim à oligarquia por meio através de armas. Foram meses de articulação política para a adesão das forças armadas e jovens políticos. O assassinato do candidato à vice-

presidência, o paraibano João Pessoa, foi o estopim para a já crescente oposição ao governo de Washington Luís, culminando no golpe militar em 24 de outubro de 1930 que levou Getúlio Vargas à presidência.

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o governo legal do presidente Washington Luís (1926-30) com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas nas eleições presidenciais de março. (SKIDMORE, 2007, pg. 21).

Nos anos consequentes à ascensão de Getúlio ao poder, a conjuntura nacional passou por diversas mudanças, revoltas e cerceamento de liberdade. No período que compreende ao Governo Provisório (1930-1934), houve diversas revoltas contrárias a Getúlio, culminando em uma revolta armada no estado de São Paulo em 1932, a “Revolução Constitucionalista” – que foi rapidamente derrotada pelas forças militares nacionais.

A 9 de Julho de 1932, São Paulo levantou-se em revolta armada. A rebelião foi imediatamente batizada Revolução Constitucionalista e a São Paulo mobilizada para uma guerra civil em larga escala. Fábricas foram apressadamente convertidas para a produção de munição bruta. Donas-de-casa da classe média contribuíram com suas joias para uma campanha do ouro a fim de financiar o esforço de guerra, enquanto seus filhos se voluntariavam para servir nas trincheiras. (SKIDMORE, 2007, pg. 37)

Mesmo com a derrocada das forças revoltosas, Vargas se viu na necessidade de eleições para a formação de uma assembleia constituinte. Como programado, as eleições para a formação da assembleia constituinte ocorreram em 3 de maio de 1933, onde se estruturava por líderes militares, representantes classistas e representantes do povo. Com a votação da assembleia, um projeto foi aprovado, onde previa que a Assembleia Constituinte se tornaria a primeira câmara dos deputados com poderes para eleger o presidente de forma indireta (SKIDMORE). Em 15 de novembro de 1933 a Assembleia Constituinte começou a deliberar a formação da nova constituição, e em julho de 1934 era apresentado as bases legais da nova constituição do Brasil que iriam substituir a constituição de 1891.

A nova constituição era um produto notável onde se baseava nos ideais liberais quanto no reformismo econômico. Com a seguridade de eleições livres por meio do Tribunal Eleitoral e pelo Código Eleitoral de 1932, os liberais constituintes se satisfizerem com as mudanças ocorridas no processo.

Com a criação de uma câmara dos deputados com poderes legítimos de eleições não diretas para um novo presidente, Vargas fez valer do apoio que tinha dentro do congresso e alçou mais um mandato que duraria até 1937 e a partir de então seriam realizadas eleições diretas de acordo com a nova constituição e a leis eleitorais.

Nesse novo mandato Vargas enfrentaria duas frentes políticas dessa época, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que carregavam em sua formação membros de esquerda (grande parte vinha do Partido Comunista), militares e membros da sociedade simpatizantes que compartilhavam ideias no âmbito da justiça social. Do outro lado teria a Ação Integralista Brasileira, composto por militares e grupos conservadores, que abraçavam medidas totalitárias e se inspirava em movimentos oriundos da Europa (como o Fascismo na Itália).

Mesmo sendo comunista, o papel de Prestes na ANL era atrair os eleitores que ainda o admiravam como o corajoso comandante da Coluna Prestes que havia dramatizado a causa dos tenentes na década de 20, escapando com sucesso aos exércitos federais no interior brasileiro durante dois anos e meio. (SKIDMORE, 2007, pg. 41)

Por conta de suas críticas diretas ao governo de Vargas, os membros da ANL foram vistos como uma ameaça ao Estado. Com o congresso cada vez mais conservador, viram no ANL uma ameaça subversiva ao modelo político que estava se instalando no Brasil, sofrendo em 1935 um grande golpe ao serem postos na ilegalidade pela lei de segurança nacional.

Em decorrência dessa medida, o Partido Comunista se posicionou e encabeçou movimentos que manteriam a ANL na clandestinidade. Maquinando possíveis tomadas de poder num golpe contra Vargas, até que em 23 de novembro de 1935 houve um levante armado contra o governo. Liderados por Carlos Preste, a Intentona Comunista tinha a intenção de derrubar Getúlio Vargas. A rebelião seria iniciada nos quartéis militares do país. Mas houve uma baixa adesão por parte dos militares e da população, culminando num fracasso que foi debelado pelas forças militares do governo.

Em dezembro a Câmara dos Deputados concordou em arrochar a Lei de Segurança Nacional, aprovando igualmente três emendas constitucionais. Uma permitia o presidente demitir sumariamente qualquer funcionário público, enquanto outra fortalecia o controle de Vargas sobre os militares, dando-lhe poderes sobre a promoção de todos os oficiais e onde deveriam servir. (SKIDMORE, 2007, pg. 43-44)

Apesar da instabilidade no cenário político nacional por conta dessas revoltas, as articulações para uma eleição direta em 1938 se iniciavam. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente eleito sob a nova Constituição de 1934 de forma indireta e não poderia se reeleger em 1938. E em plena corrida eleitoral, em 30 de setembro de 1937 fora divulgado à nação o “Plano Cohen”, uma tentativa mais artilosa e incisiva dos comunistas de dar um golpe no governo. No dia 1º de outubro Getúlio pediu ao congresso a votação para o país entrar em estado de guerra em face à esses planos comunistas, e com apoio do alto escalão militar o país entrara mais uma vez alerta à ameaça vermelha. No dia 2 de outubro Vargas iniciou uma nova campanha anticomunista, apoiada pela igreja, intelectuais e militares conservadores alarmados com a ameaça comunista. Tendo em vista a não contestação, em 10 de outubro de 1937 Vargas dissolveu o Congresso e promulgou a Constituição do novo regime, conhecido como Estado Novo.

O Estado Novo brasileiro era uma versão do modelo fascista Europeu, onde o estado teria que ser forte para se manter frente ao defasado modelo liberal-democrático que se estabeleceu com a promulgação do modelo de constituição de 1934. O regime implantado em 1937 era um complemento à revolução de 30, onde o estado interveria de uma forma mais presente.

É válido ressaltar que o Estado Novo de Vargas não representava partidos, movimentos ideológicos ou políticos onde colocava o regime ou Getúlio no centro. O Estado Novo representava o cerceamento dos direitos civis, político e justiça imparcial conquistados com constituição liberal de 34.

É importante compreender que ao contrário de seus mentores Europeus em matéria de fascismo, Vargas não nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Novo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira. O Estado Novo na sua forma não-diluída entre 1937-1943 (quando Vargas começou a preparar-se para a volta às eleições) representou um hiato na política partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas [...] (SKIDMORE, 2007, pg. 53)

O processo de industrialização do país era uma das questões mais importantes no regime do Estado Novo. Com a crise que assolava a Europa e os EUA que iniciou em

1929, o país deixou de exportar café, um dos pilares da economia daquela época. Para se tornar independente precisávamos de uma autonomia siderúrgica para o processo de industrialização nacional.

Comunismo

Se partirmos do ponto de vista histórico, o comunismo é uma ideologia que visa a revolução das classes oprimidas na sociedade em decorrência de um sistema que visa ao máximo à exploração do mercado com a proposta de enriquecer quem possui os meios de produção da indústria.

No Manifesto Comunista (1848) de Karl Marx e Friedrich Engels, eles afirmam que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” onde se faz um apanhado com características e a estruturação de sociedades no decorrer da história.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido num guerra ininterrupta, ora franca, ora desfaçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (MARX e ENGELS, 2005, p. 40).

Nas mais remotas formações de sociedades vemos a estruturação de classes distintas onde há um antagonismo entre opressores e oprimidos. Na formação de sociedade burguesa atual esse antagonismo se tornou simplificado; a sociedade cada vez mais se divide em dois campos de confronto direto, os burgueses e os proletários. Mas para termos uma compreensão melhor, teremos que contextualizar historicamente a formação de ambas as classes e seus papéis dentro da sociedade.

Os burgueses se formaram ainda dentro de regimes feudais. “Dos servos da idade média nasceram os moradores dos primeiros burgos, desta população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia” (MARX e ENGEL, 2005, p.41). A exploração de novos comércios com a abertura de caminhos para a África, Ásia e a descobertas das américas impulsionaram uma revolução dos modos de produção. O sistema manufaturado já não suportava a demanda desse novo mercado.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a

burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela idade média (MARX e ENGELS, 2005, p. 41)

O processo de formação da burguesia como conhecemos hoje é resultado de várias transformações na estrutura da sociedade e da evolução do comércio. A burguesia em si é um processo revolucionário. O caminho percorrido no processo de evolução da burguesia foi acompanhado por progresso político, dos produtores manufatureiros feudais à abertura do comércio e a liberdade alcançada através das revoluções industriais.

A ampliação e aperfeiçoamento da máquina de produção e o progresso dos meios de comunicação, a burguesia se debruçou na tomada de espaço fazendo um fluxo de civilização onde o campo é submetido à cidade e todos os povos ao redor do mundo tendem a se sujeitar as demandas da produção e do comércio burguês.

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor [...] populações inteiras brotando da terra como por encanto. (MARX e ENGELS, 2005)

Com o desenvolvimento da burguesia, o comércio e a produção cresceu também a classe proletária, que só encontra subsídios para sobreviver enquanto houver uma demanda na produção do capital. Com o incremento de máquinas no processo de produção, os proletários se tornaram “apenas um apêndice e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender” (Marx e Engels).

Podemos perceber, em uma pequena pincelada, o desenvolvimento histórico da produção capitalista, e com isso o desenvolvimento de uma classe proletária. O manifesto comunista se posiciona como um tratado ou ponto de convergência entre todos que fazem parte da classe operária ao redor do mundo; contestando a formação da sociedade e os preceitos basilares da mesma como a religião, o trabalho, a propriedade e até a constituição da família.

Ideologia Anticomunista

O termo anticomunismo é usado para denominar o conjunto de ideias, correntes e tendências intelectuais que são contra os princípios e ideias do comunismo, além de todo governo que suporte na prática ou na teoria a ideologia. Não se trata, no entanto, de um movimento político, uma vez que não é coerente, institucionalmente organizado e unificado, mas de um conjunto de partidos políticos, governos e pessoas que seguem um mesmo ideal.

A ideologia anticomunista deixou de ser um instrumento político para se tornar uma ferramenta de governos autoritários na tentativa de promoção. Governos totalitários se utilizam de uma ameaça comunista para provocar o medo nas camadas sociais a fim de tomar para si mais controle sobre os poderes. “Vargas manipulava um extremo contra o outro, produzindo nas mentes dos militares e classe média um profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política aberta” (SKIDMORE, 1996, p. 42).

No Brasil, a corrente anticomunista “foi representado majoritariamente pelo pensamento conservador e reacionário” (MOTTA, Rodrigo Patto Sá, 2002) onde se firmou a partir de três matrizes básicas: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

Para a igreja católica, o idealismo dos revolucionários se constituía como uma tentativa de aniquilar a igreja e a ordem social, o comunismo se apresentava como um inimigo mais recente de uma longa história de batalhas da igreja.

O temor que o comunismo conquistasse adeptos entre os fieis já se revelara em momentos anteriores, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante. No Brasil, tal preocupação em preservar a igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas (MOTTA, 2001. pag. 23)

O comunismo representa um atentado a toda a hegemonia e estrutura do pensamento cristão, que por sua vez era um dos alicerces da sociedade brasileira naquela época. Uma ameaça comunista era um atentado a todos os preceitos que a sociedade hegemônica pregava como o correto e os bons costumes, uma ameaça a integridade nacional.

No que diz respeito ao nacionalismo, os conservadores viam o país como um corpo uniforme, em que o povo deveria estar alinhado com a nação e o Estado para garantir uma ordem social.

Para os conservadores nacionalistas, a ideologia comunista era uma “infiltração” inimiga a fim de romper com a ordem nacional transgredindo toda uma tradição da sociedade, e deveria ser combatida, pois “a nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado” (SÁ MOTTA, 2002, p 29-30).

Com relação ao liberalismo, os pressupostos liberais opunham fortemente liberais, pois segundo Sá Motta:

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava (SÁ MOTTA, p. 38)

O comunismo era apresentado como uma ideologia que cerceava as liberdades individuais e econômicas, desestabilizava a ordem social vigente ligados à postulados marxistas que comprometiam as estruturas basilar da sociedade.

Foi no âmbito dessas doutrinas (catolicismo, nacionalismo, liberalismo) que medidas anticomunistas foram tomadas no contexto da implantação do Estado Novo de Vargas, a criação de uma imagem do perigo vermelho em relação a ordem nacional, trouxe um grande apelo popular por um estado forte que assegurasse a “saúde” da sociedade, não nos deixando cair em um golpe vermelho.

Representação

O imaginário ideológico do anticomunismo é apoiado por discursos que são construídos e divulgados através da mídia (no caso aqui analisado, a mídia impressa). Esse discurso é construído de acordo com as matrizes ideológicas de quem detém o poder, e dessa forma, o controle da produção de sentido na mídia.

Para entendermos essa força da ideologia anticomunista do Estado Novo de Vargas é preciso adentrarmos no conceito de representação. Utilizaremos aqui os estudos do historiador Roger Chartier acerca da representação cultural

Mas antes de adentrarmos nos estudos de Chartier, é preciso pincelar os trabalhos de Émile Durkheim que servem como precedentes para o desenvolvimento da representação. Em “As Regras do Método Sociológico” (1895) ele relata a existência de uma coesão social que serve de reguladora na sociedade. Essa coesão social faz parte

uma consciência coletiva externa à individual, sendo a individual influenciada pela coletiva

Eis, portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos de impõem a ele. (DURKHEIM, Émile. Regras do Método Sociológico. 1895)

Durkheim defende três características dos fatos sociais, a primeira pode ser entendida como coerção social, que exercem sobre o indivíduos forças que lhe impedem de desvirtuar-se das normas, valores e regras da sociedade; a segunda se diz respeito a exterioridade de forças que atuam sobre os indivíduos, porém não independem de vontades individuais; a terceira podemos entender como uma força expressa por representantes (instâncias singulares ou coletivas) que pode ser entendida como manifestações que regem a sociedade, grupo ou classe.

Podemos observar a existência de sabedoria na construção de uma identidade social externa ao indivíduo que servem se coerção do indivíduo. As representações são coletivamente elaboradas e compartilhadas, são elementos cognitivos que tecem a realidade. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam. (Alexandre, 2004)

A representação então se mostra como um recorte de um objeto e uma ressignificação da imagem que ele representa em relação a concepção coletiva do mesmo. Essa concepção é regida e ressignificada de acordo com as percepções de mundo de quem detém o poder.

A percepção do mundo real não é algo objetivo, é algo construído através das categorias compartilhadas dentro de determinados grupos sociais, onde se pode classificar, entender e atuar sobre o conceito do real absorvido. A representação do real construída pelos diferentes grupos justifica e cria determinados locais sociais e representação do real. Há uma divergência entre diversas representações do real, aspirando à hegemonia por grupos que tentam impor seus valores. É a chamada dominação simbólica.

Para Chartier, a representação do mundo está ligada à posição social dos indivíduos, sendo, portanto, histórica, posto que construídas ao longo do tempo. Ademais, a representação funciona na prática como uma estratégia de classe, que media as relações entre as classes dominantes e as demais classes sociais.

Metodologia

O presente artigo tem como objetivo observar e destacar o posicionamento político-ideológico do periódico *Gazeta* durante o período de maior repressão e censura do governo de Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-195).

Para isso utilizaremos como aparato metodológico a *Hermenêutica de Profundidade (HP)* de Thompson (1998). A HP nos permite uma análise profunda do material pesquisado pois abrange uma abordagem sócio-histórica e espaço-temporal do contexto histórico em que se encontra o material analisado para então fazer uma interpretação/reinterpretação dos símbolos ali encontrados.

O estudo dos materiais de acordo com a metodologia de Thompson se dará em três formas de análises complementares que ajudarão na compreensão do contexto histórico social: Análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação.

O primeiro passo para iniciarmos a análise do corpus a ser estudado é um levantamento sócio-histórico do contexto em que o periódico circulava – o período do Estado Novo- afim de fazer uma reconstrução das estruturas sociais do período. Para isso foram feitos levantamentos histórico em bibliografias sobre o governo Vargas em artigos, blogs e livros em especial o livro de Thomas Skidmore – *De Getúlio a Castelo* (2007) onde ele trás todo o desenrolar político que levou Vargas ao poder. Também traremos o *Manifesto Comunista* de Karl Marx para contextualizar sobre a história do comunismo e suas matrizes ideológicas; assim como também o *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho* de Rodrigo Patto Sá (2002) que trará como governos autoritários se utilizam da imprensa para veicular seus ideais e criar uma imagem negativa de seus opositores.

O segundo passo refere-se o levantamento e a leitura crítica do material a ser analisado. Tentaremos identificar nos textos e matérias da *Gazeta* ataques, mesmo que sutis, à opositores do governo também como à ideologia comunista afim de criar uma

tensão e um medo de uma ameaça comunista que estaria a espreita para derrubar o modo de vida da sociedade daquela época como estaria acontecendo em outros países naquele mesmo período como na grande potência socialista União Soviética (URSS).

Já no terceiro passo elencaremos as principais matérias que conter assuntos relevantes sobre opositores do governo e narrativas contrárias ou depreciativas ao sistema comunista e partidos que tinham ideais comunistas na sua base ideológica. A partir daí faremos análises pertinentes ao objetivo do presente artigo.

Análise

O primeiro exemplar a ser analisado é o Gazeta de 11 de novembro de 1937, um dia após a instauração do Estado Novo. A notícia a ser analisada tem como título “Os comunistas e suas actividades no Brasil”, um artigo do Gazeta de Noticias do Rio com autor não identificado. O texto tem como propósito fazer uma análise do que está sendo retratado na imprensa estrangeira, nesse caso um jornal suíço e uma revista argentina.

O texto, de início, tenta chamar a atenção do leitor para uma contínua tentativa de golpe comunista no Brasil, para logo após mostrar que essas tentativas estão sendo observadas no exterior: “A actuação desenvolvida actualmente, no Brasil, pelos comunistas que planejam um novo golpe contra o regime, já está sendo comentada no exterior, como demonstração de audácia e habilidade política dos extremistas” (Gazeta, 1937). Na sequência do texto, o autor apresenta como o artigo do Jornal suíço *Courrier de Genève* apresenta a situação singular no Brasil, onde os supostos comunistas estão “disfarçados em associações que se dizem <democráticas>” afim de aturdir os cidadãos brasileiros. O autor cita a União Democrática Estudantil como uma dessas instituições comunistas que adotaram um disfarce democrático para continuar agindo.

Os ataques aos comunistas continuam quando o autor passa a utilizar a matéria da revista argentina *Pan*, onde é exposta uma carta da União Democrática Estudantil ao embaixador da Espanha Leal, cujo conteúdo era um manifesto da Central da União Democrática Estudantil, “[...] o repúdio de toda juventude antifascista do Brasil ao acto do governo brasileiro prestando auxílio clandestino aos traidores da heroica Espanha, a serviço de Hitler e Mussoline”. Logo após, o autor demonstra sua revolta em relação ao manifesto, chamando-os de “acção caluniosa do comunismo”, afirmando no

próximo parágrafo que as forças militares já estão de prontidão para desmascarar e castigar os inimigos da pátria, deixando transparecer fortemente um sentimento de nacionalismo em seu discurso.

O próximo exemplar Gazeta é datado do dia 26 de novembro de 1937, o título do texto que iremos analisar se chama “Grito de alerta contra as forças subversivas”, o texto é de autoria do Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, um órgão do regime de Getúlio. O texto tem um alto teor religioso, disparando várias críticas ao materialismo comunista como uma forma de subversão, principalmente para os jovens ainda em formação.

As novas gerações necessitam de ser escudadas moralmente pela fé em Deus e na fecunda bondade dos seus dictames. E entre os jovens ainda em formação moral, ainda sujeitos aos erros de visão que certas ideologias subversivas favorecem como engôdo hábil das suas promessas materialistas que agentes de Moscou recrutam acólytos (GAZETA. 1937, p.02)

Dessa forma podemos perceber uma forte influência da religião, primordialmente a católica, no processo de afirmação de uma identidade nacional da qual não se podia desvirtuar. O texto aponta o início de uma “cruzada contra a descrença e o desamor” do materialismo comunista partindo da Acção Catholica Brasileira, um movimento proveniente da Igreja Católica que tinha como propósito salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade.

A instauração de um alerta aos preceitos religiosos basilares da família e da nação, cria um sentimento de necessidade de uma ação maior do estado e da igreja na sociedade, é pensando nisso que o texto anuncia a criação de uma “escola de Deus, desse Deus que a feroz guerra anti-religiosa russa não conseguiu extirpar do fundo da alma de um povo torturado”, que, aparentemente, serviria como um centro pastoral.

O próximo exemplar a ser analisado é datado de 06 de agosto de 1938. Avançamos um pouco no recorte temporal para o período em que o Estado Novo já havia sido implantado há algum tempo, com o intuito de perceber quais narrativas estavam sendo produzidas em meio à uma conjuntura onde a ameaça vermelha já estava sendo subjetivada no imaginário popular.

O título do texto se chama “Campanha Nacionalista”, que de forma bem explícita, é uma chamada para reavivarmos o espírito de união de todos como uma nação. O texto é creditado à Cunha e Silva e tem um auto teor de exaltação ao regime do Estado Novo. “Todo brasileiro sensato tem orgulho do Brasil e dos feitos heróicos

dos seus antepassados. A nossa história dá um atestado eloquente das energias da nossa raça”, assim, ele evoca uma memória coletiva dos feitos heroicos que nossa nação um dia já viveu, despertando no imaginário do leitor, um sentimento saudoso dos tempos de glória.

Unamo-nos, portanto, todos os filhos desta grande pátria, e, a exemplo dos japoneses, façamos do Brasil uma grande potência, respeitada e culta, paraíso da América e do mundo. O Estado Novo, essencialmente nacionalista, merece, pois, os nossos aplausos. (Gazeta, 1938, p.01)

Nos parágrafos que se segue, o autor volta a evocar o sentimento nacionalista trazendo à tona as glórias do passado para triunfamos em um futuro onde “nossa pátria ocupe um posto de mais relêvo no concêrto das grandes potências do universo”.

Considerações finais

Nas matérias selecionadas, sendo duas delas do período que compreende o recém instaurado Estado Novo e uma terceira com o regime inteiramente implantado, procuramos identificar traços do pensamento ideológico anticomunista, que como vimos anteriormente, é uma característica bastante comum em sistemas autoritários afim de atingir um maior controle do poder e do imaginário da população.

O primeiro texto analisado, “Os comunistas e suas actividades no Brasil”, publicado um dia após a instauração do regime estado novista, tem um alto teor de instauração de medo no imaginário popular, ele aponta, que, instituições que se autodenominam democráticas na verdade são comunistas disfarçados, se utilizando dessas instituições para confundir os cidadãos brasileiros. Essa é uma clara tentativa de criar desconfiança e o temor, impossibilitando a união de forças que posteriormente poderiam ser contrárias ao regime. Em diversos momentos, o autor se utiliza do discurso da imprensa internacional para legitimar seu texto, apontando que as incursões comunistas no Brasil já estão sendo percebidas no exterior.

A segunda matéria, “Grito de alerta contra as forças subversivas”, datada de 26 de novembro, ainda dentro do processo de instauração do regime, tem um forte teor religioso, criticando ferrenhamente o materialismo comunista, colocando em questão a moral dos comunistas. Essa questão é levada para o campo de formação dos jovens, que, segundo o texto, estão mais propensos a serem deturpados por ideologias

subversivas, criando assim, através da Igreja Católica, um alerta para a população “escudar” os jovens contra as forças subversivas que atendam a todo instante instaurar ideologias que são contrárias aos preceitos conservadores e pilares com o qual a sociedade brasileira se baseia.

O terceiro e último texto, datado de 8 de agosto de 1938, tem como título “Campanha Nacionalista”, nele, podemos perceber a intenção de um chamado ao patriotismo levantando as glórias do passado para vivermos debaixo da sombra de heróis de outrora, unificando todos como uma nação. É visível o teor nacionalista presente no texto (que já é explícito no título do mesmo). No texto, o autor evoca o brilhantismo e importância do Estado Novo de Vargas, que é nacionalista por excelência, deixando claro o posicionamento a favor do regime.

Ao que percebemos durante a análise dos textos no periódico Gazeta, correlacionando com os estudos sobre a instauração de um modelo político autoritário, podemos perceber que a linha editorial do periódico se alinhava ao discurso proferido pelo regime estado novista de Getúlio Vargas no que diz respeito à instauração no imaginário popular, representações que causam temor, a respeito de uma terrível força comunista que assombra as estruturas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista Annales. NOV-DEZ, 1989, nº 6, pp. 1505-1520).

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Original em francês de 1895).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005

ROMEIRO, Adriana. **A representação do mundo, segundo Chartier**. Disponível em < <http://adrianaromeiro.blogspot.com/2009/05/representacao-do-mundo-segundo-chartier.html>> acessado em 21 de maio de 2018

SÁ MOTTA, R. P. 2002. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva.

SKIDMORE, T. 1996. Brasil: **De Getúlio a Castelo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra

THOMPSON, J. 1995. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes.